



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

PROJETO DE LEI Nº 36 DE 01 DE JUNHO DE 2010.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em 01/06/2010

Dispõe sobre a Reposição Salarial dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos Servidores, Ativos, Inativos e Pensionistas da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí terá uma reposição salarial de 10% (dez por cento) de forma linear.

Parágrafo único - A reposição salarial incidirá sobre o salário base, vantagens pessoal, Abono frequência e Incentivo Funcional - AFIF e Gratificação de Incentivo a Formação Superior e Aperfeiçoamento - GIFIS, sendo vedada a sua extensão as demais vantagens remuneratórias.

Art. 2º A implantação do benefício financeiro, disposto nesta Lei, ocorrerá da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) a partir da folha de pagamento do mês de julho de 2010.

II - 5% (cinco por cento) a partir da folha de pagamento do mês de dezembro de 2010.

Art. 3º Os efeitos financeiros desta Lei ficam condicionados à existência de recursos disponíveis na dotação orçamentária consignada ao Poder Legislativo, observados os recursos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2010.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em Teresina (PI), de 31 de maio 2010.

Dep. **THEMISTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **NERINHO**
1º Secretário

Dep. **MORAES SOUSA FILHO**
2º Secretário



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 08/06/10

Elisângela
Conselheira de Maria Luíza Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão, Treinamento

Ao Deputado João de

Deus
para relatar.

Em 08 / 06 / 2010

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

Processo AL nº 0887/010 - Projeto de Decreto Legislativo nº 036/10, que “*Dispõe sobre a Reposição e Pensionista da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí*”.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí

Relator: **Deputado João de Deus (PT)**

PARECER CCJ Nº. /010

I - Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 17 XIII e 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembleia Legislativa, foram submetidos à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº 0887/010 - Projeto de Decreto Legislativo nº 036/10, que “*Dispõe sobre a Reposição e Pensionista da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí*”, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí, havendo o Presidente da Comissão designada o **Deputado João de Deus (PT)** para **funcionar na Relatoria**.

A apreciação do referido Projeto da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa deve ser submetida aos regramentos constitucional e regimental.

O referido projeto satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucionais e infraconstitucionais, disciplinadores da matéria sob apreciação desta Comissão Técnica Permanente. Está amparado no art. 75 da Constituição Estadual e no art. 105 do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa. O seu texto satisfaz às exigências da boa técnica legislativa, em decorrência do uso preciso dos termos técnicos. Entretanto, visando aprimorar o presente projeto, apresenta emendas abaixo elencadas, nos termos do art. 17 do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa.

Eis o Relatório,

II - Voto do Relator

Quanto à constitucionalidade da matéria, a mesma atende aos preceitos inscritos nos artigos 73 e 75 na Constituição Estadual, bem como os pré-requisitos insertos no **artigo 17, XIII e 105 do Regimento Interno**.

Assim, configurados os requisitos legais e regimentais exigidos por esta Casa, **o Relator vota pela aprovação do projeto da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa** ora submetida à apreciação desta douta Comissão Permanente de Constituição e Justiça.

III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

() pelo **acatamento do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

Processo AL nº 0887/010 - Projeto de Decreto Legislativo nº 036/10, que “**Dispõe sobre a Reposição e Pensionista da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**”.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí

Relator: **Deputado João de Deus (PT)**

PARECER CCJ Nº /010

I - Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts.17, XIII e 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembleia Legislativa, foram submetidos à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº 0887/010 - Projeto de Decreto Legislativo nº 036/10, que “**Dispõe sobre a Reposição e Pensionista da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**”, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí, havendo o Presidente da Comissão designada o **Deputado João de Deus (PT)** para **funcionar na Relatoria**.

A apreciação do referido Projeto da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa deve ser submetida aos regramentos constitucional e regimental.

O referido projeto satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucionais e infraconstitucionais, disciplinadores da matéria sob apreciação desta Comissão Técnica Permanente. Está amparado no art. 75, “caput”, da Constituição Estadual e no art. 105 do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa. O seu texto satisfaz às exigências da boa técnica legislativa, em decorrência do uso preciso dos termos técnicos.

Eis o Relatório.


II - Voto do Relator


Quanto à constitucionalidade da matéria, a mesma atende aos preceitos inscritos nos artigos 73 e 75 na Constituição Estadual, bem como os pré-requisitos insertos no artigo 17, XIII e 105 do Regimento Interno.

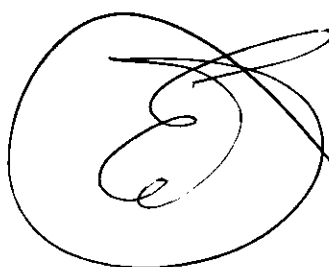
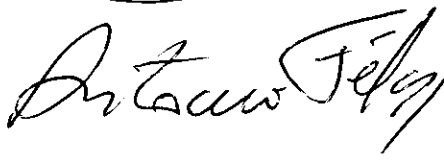

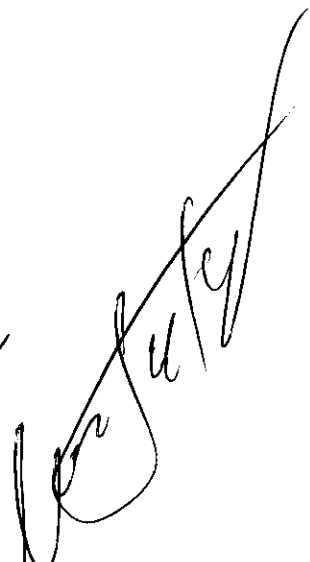
Assim, configurados os requisitos legais e regimentais exigidos por esta Casa, **o Relator vota pela aprovação do projeto da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa** ora submetida à apreciação desta doughta Comissão Permanente de Constituição e Justiça.

() pela **rejeição do Voto do Relator**, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), 14 de junho de 2010.


Deputado João de Deus
Relator

PROVADO A UNANIMIDADE
m. 15 / 06 / 2010
Presidente da Comissão de
Justiça


Processo AL nº 0887/010 - Projeto de Decreto Legislativo nº 036/10, que “**Dispõe sobre a Reposição e Pensionista da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**”.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí

Relator: **Deputado João de Deus (PT)**

PARECER CCJ Nº /010

I - Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts.17, XIII e 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembleia Legislativa, foram submetidos à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº 0887/010 - Projeto de Decreto Legislativo nº 036/10, que “**Dispõe sobre a Reposição e Pensionista da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**”, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí, havendo o Presidente da Comissão designada o **Deputado João de Deus (PT)** para **funcionar na Relatoria**.

A apreciação do referido Projeto da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa deve ser submetida aos regramentos constitucional e regimental.

O referido projeto satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucionais e infraconstitucionais, disciplinadores da matéria sob apreciação desta Comissão Técnica Permanente. Está amparado no art. 75, “caput”, da Constituição Estadual e no art. 105 do Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa. O seu texto satisfaz às exigências da boa técnica legislativa, em decorrência do uso preciso dos termos técnicos.

Eis o Relatório.

II - Voto do Relator

Quanto à constitucionalidade da matéria, a mesma atende aos preceitos inscritos nos artigos 73 e 75 na Constituição Estadual, bem como os pré-requisitos insertos no artigo 17, XIII e 105 do Regimento Interno.

Assim, configurados os requisitos legais e regimentais exigidos por esta Casa, **o Relator vota pela aprovação do projeto da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa** ora submetida à apreciação desta dought Comissão Permanente de Constituição e Justiça.



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Finanças

para os devidos fins.

Em 15 / 06 / 10

Epagis

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Marcos

Capety

para relatar.

Em 15 / 06 / 10

Flávio F. Nogueira

Presidente da Comissão de Fiscalização
e Controle Financeiro e Tributação



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 36/10

PROCESSO AL – 887/10

AUTOR: MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RELATOR: DEP. MAURO TAPETY.

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do artigo 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os artigos 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a proposição que **Dispõe sobre a Reposição Salarial dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionista da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.**

A proposição foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, quanto a legalidade constitucionalidade e boa técnica legislativa, sem emendas.

Os efeitos financeiros desta Lei já estão consignados na dotação orçamentária do Poder Legislativo e serão observados os recursos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2010.

A reposição salarial indicará sobre o salário base, vantagens pessoal, Abono frequência e Incentivo Funcional – AFIF e Gratificação de Incentivo a Formação Superior e Aperfeiçoamento – GIFIS, sendo vedada a sua extensão as demais vantagens remuneratórias.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório, e uma vez que a proposição transformada em norma jurídica virá beneficiar aos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas desta Casa Legislativa, somos de parecer favorável a sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 16 de junho de 2010.

Dep. MAURO TAPETY
Relator

36 86 30
Relator Paulo Roberto Nogueira
Finanças